



Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

002/2026

CONTRATANTE (UASG)

Fundo Municipal de Saúde/RJ (929021)

OBJETO

Aquisição de pneus, destinados ao atendimento das demandas da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde, por meio de Dispensa Eletrônica, com prazo imediato.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 9.461,32 (nove mil, quatrocentos e sessenta e um real e trinta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/05/2026

HORÁRIO

Das 09hs00min às 15hs00min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS FLÔRES

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 002/2026

(Processo Administrativo nº 2824/2026)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Rio das Flôres, sediado na Rua Coronel Eurico de Castro, nº 14, Centro, Rio das Flôres/RJ, realizará DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

Data da Sessão: 12/05/2026

Horário: das 09hs00min às 15hs00min

Link: [Faça o Login no Compras.gov.br](https://compras.gov.br)

Critério de Julgamento: menor preço por item

1. DO OBJETO:

- 1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de pneus, destinados ao atendimento das demandas da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde, com prazo imediato
- 1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Comprasgov, disponível no endereço eletrônico [Faça o Login no Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
 - 2.1.1. O procedimento será divulgado no [Compras.gov.br](https://compras.gov.br) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](https://portal.pncp.gov.br), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro



Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [Aplicativo Compras — Portal de Compras do Governo Federal](#)

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados

2.2. *Para os itens 01 a 03, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

2.2.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calandário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

2.2.2. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.*

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o



autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.4. *Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.4.1. *Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empre-*



sas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da DISPENSA ELETRÔNICA ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL:

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O fornecedor **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, na proposta, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



- 3.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6.** Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, *Projeto Básico e Projeto Executivo*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços/entregar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8.** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.
- 3.9.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- 3.9.1.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 3.9.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 3.9.3.** que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
 - 3.9.4.** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
 - 3.9.5.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.9.6.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.10.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favo-



recido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.11. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço), caso a funcionalidade já esteja disponível no sistema eletrônico.

3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso. Aviso de Dispensa Eletrônica 3691133 SEI 00190.110693/2024-33 / pg. 4;

3.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

3.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4. FASE DE LANCES:

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item, respeitado os valores máximos aceitáveis para cada subitem

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último valor por ele ofertado e registrado pelo Sistema.



4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os valores, que incidirá tanto em relação aos valores intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de:

Intervalo Mínimo dos valores (R\$)	Tipo de Variação
0,01 com arredondamento de centavos	Monetário

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o Aviso de Dispensa Eletrônica 3691133 SEI 00190.110693/2024-33 / pg. 5 melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.



- 5.2.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.3.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1.** contiver vícios insanáveis;
 - 5.5.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.5.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.5.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.5.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.6.2.** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, Aviso de Dispensa Eletrônica 3691133 SEI 00190.110693/2024-33 / pg. 6 assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no **art. 14 da Lei nº 14.133/2021**, legislação correlata e nos itens 2.4 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 5.12.1. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 5.12.2. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 5.12.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 5.12.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



- 5.13.** Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste **Aviso de Contratação Direta** e em seus anexos.
- 5.14. Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 5.14.1.** contiver vícios insanáveis;
 - 5.14.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.14.3.** apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.14.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.14.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.15.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor valor que:
- 5.15.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.15.2.** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.16.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.17.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.17.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



- 5.17.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.19. Se a proposta ou valor vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou valor subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.20. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.21. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste **Aviso de Contratação Direta**.

6. DA HABILITAÇÃO:

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.
- 6.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.3. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.4. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.6. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.6.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apura-



ção de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

- 6.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 6.8. **Sob pena de inabilitação e conseqüente eliminação automática desta Contratação Direta, a proponente deverá apresentar os seguintes documentos:**

6.8.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.8.1.1. Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária.

6.8.1.2. Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples.

6.8.1.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração, caso os responsáveis não constem no Contrato Social, documento que indique a responsabilidade pela administração.

6.8.1.4. Cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei nº 6.404/76 e suas alterações, no caso de sociedades anônimas.

6.8.1.5. Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.



6.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

6.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/CNPJ;

6.1.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, em validade para o período desta licitação, do domicílio ou sede do licitante;

6.1.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de tributo estadual – apenas ICM/ICMS do domicílio da licitante);

6.1.2.4. As Certidões da Dívida Ativa, no caso de empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro, deverão ser as expedidas pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

6.1.2.5. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro, o documento emitido pela Fazenda Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede do licitante deverá comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar acompanhado de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.

6.1.2.6. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.1.2.7. Certificado de Regularidade de Situação perante a Secretaria de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

OBS¹: Os documentos de habilitação que **não tiverem prazo de validade** especificado no seu próprio texto, serão considerados válidos se estiverem dentro do **prazo de 180 (cento e oitenta) dias** contados da data de sua emissão, ressalvada a hipótese da licitante comprovar prazo de validade superior, mediante norma pertinente que será juntada ao documento;

OBS²: As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem utilizar-se da prerrogativa de que tratam as **Obs⁴, Obs⁵ e Obs⁶** deverão entregar declaração do Contador, ou do representante legal da empresa, ou da Junta Comercial que comprove esta situação;



OBS³: As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos elencados no item e subitens desta seção, mesmo que apresentem alguma restrição;

OBS⁴: Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, será(ão) assegurado(s) à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame o **prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), prorrogável por igual período, a critério da Administração Municipal**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

OBS⁵: A não-regularização da documentação, no prazo previsto na **Obs⁵**, implicará decadência do direito à(s) contratação (ões), sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrá-la (em) a(s) contratação (ões), ou revogar a licitação.

6.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:

6.1.3.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Lei nº 12.440/2011.

6.1.4. DAS DECLARAÇÕES E DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES:

6.1.4.1. Declaração de que não emprega menor de idade salvo em condição de aprendiz ((Anexo III – inciso I);

6.1.4.2. Declaração de ausência de parentesco (Anexo III – inciso II);

6.1.4.3. Declaração de que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da lei complementar nº 123/06, alterada pela lei complementar nº 147/14, sob as penas do artigo 299 do código penal bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (Anexo III – inciso III)

Obs¹: A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no AVI-



SO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio do e-mail: licitacaosauderiodasflores@gmail.com.

Obs²: A apresentação da Declaração Unificada (Anexo III) é obrigatória.

7. CONTRATAÇÃO:

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o **Termo de Contrato/aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização)**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
 - 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
 - 7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*
 - 7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*
 - 7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*
 - 7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de recebimento das propostas.
- 8.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 8.2.1.** Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2.** Multa de 0,5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- 8.2.3.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



- 8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
 - 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos



atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão entendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

- 8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



- 9.4.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.5.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.6.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.7.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.8.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.10.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema.
- 9.11.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.11.1.** ANEXO I: Termo de Referência;
- 9.11.2.** ANEXO II: Declaração Unificada;
- 9.11.3.** ANEXO III: Minuta do futuro Contrato.

Rio das Flores/RJ, 06 de maio de 2026.

Renata Santana de Almeida
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, “a” da Lei 14.133/21)

Aquisição de pneus, destinados ao atendimento das demandas da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde, por meio de Dispensa Eletrônica, com prazo imediato.

1.1. ITENS:

Item	CATMAT	Descrição	Unidade	Qtde.
01	248158	PNEU 195/65 R15 - PNEU AUTOMOTIVO, NOVO NÃO RECONDICIONADO E/OU REMANUFATURADO COM TALÃO DIDIMENSIONADO MAIS ROBUSTO E REFORÇADO COM FRIOS DE MAIOR DIÂMETRO E FIOS MAIS ESPESSOS, CARÇAÇA REFORÇADA, BANDA DE RODAGEM COM DESENHO BIDIRECIONAL, MAIOR ESPESSURA DE CAMADA DE BORRACHA ENTRE FUNDO DOS SULCOS DA CARÇAÇA FLANCOS DESENVOLVIDOS COM MAIOR ESPESSURA, COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO.	UN	8
02	346733	175/70 R14 - PNEU AUTOMOTIVO, NOVO NÃO RECONDICIONADO E/OU REMANUFATURADO COM TALÃO DIDIMENSIONADO MAIS ROBUSTO E REFORÇADO COM FRIOS DE MAIOR DIÂMETRO E FIOS MAIS ESPESSOS, CARÇAÇA REFORÇADA, BANDA DE RODAGEM COM DESENHO BIDIRECIONAL, MAIOR ESPESSURA DE CAMADA DE BORRACHA ENTRE FUNDO DOS SULCOS DA CARÇAÇA FLANCOS DESENVOLVIDOS COM MAIOR ESPESSURA, COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO.	UN	8
03	269566	PNEU 225/75 R16 - PNEU AUTOMOTIVO, PRODUTO NOVO NÃO RECONDICIONADO E/OU REMANUFATURADO, BANDA DE RODAGEM CONFECCIONADA EM BORRACHA DE ALTA RESISTÊNCIA CONTENDO SULCOS COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 1,6 MM, SEM CÂMARA DE AR, DEVENDO POSSUIR SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO	UN	12

1.2. ESTIMATIVA DE PREÇOS:



Fornecedor	Marca	Qtd	Un.	Preço Un.	Preço Total	Situação
------------	-------	-----	-----	-----------	-------------	----------

Item: 1 - PNEU 175/70 R14 - PNEU AUTOMOTIVO, NOVO NÃO RECONDICIONADO E/OU REMANUFATURADO COM TALÃO DIMENSIONADO MAIS ROBUSTO E REFORÇADO COM FRISOS DE MAIOR DIÂMETRO E FIOS MAIS ESPESSOS, CARÇAÇA REFORÇADA, BANDA DE RODAGEM COM DESENHO BIDIRECIONAL, MAIOR ESPESSURA DE CAMADA DE BORRACHA ENTRE FUNDO DOS SULCOS DA CARÇAÇA FLANCOS DESENVOLVIDOS COM MAIOR ESPESSURA, COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO.

AUTO TECH REPARACAO AUTOMOTIVA LTDA		8,00	UN	595,40	4.763,20	PERDEU
CASA DO ESCAPAMENTO E PNEUS EIRELI		8,00	UN	393,00	3.144,00	PERDEU
MAURIVAN VICENTE E CIA LTDA		8,00	UN	395,00	3.160,00	PERDEU
RAVI E-COMMERCE LTDA.		8,00	UN	290,00	2.320,00	VENCEU
RODAL PNEUS E SERVICOS LTDA		8,00	UN	349,00	2.792,00	PERDEU

Preço Médio:	404,48	3.235,84
Melhor preço:	290,00	2.320,00
Preço Mediano:	393,00	3.144,00
Média Saneada:	356,75	2.854,00
Coefficiente de Variação:	28.42%	28.42%

Item: 2 - PNEU 195/65 R15 - PNEU AUTOMOTIVO, NOVO NÃO RECONDICIONADO E/OU REMANUFATURADO COM TALÃO DIMENSIONADO MAIS ROBUSTO E REFORÇADO COM FRISOS DE MAIOR DIÂMETRO E FIOS MAIS ESPESSOS, CARÇAÇA REFORÇADA, BANDA DE RODAGEM COM DESENHO BIDIRECIONAL, MAIOR ESPESSURA DE CAMADA DE BORRACHA ENTRE FUNDO DOS SULCOS DA CARÇAÇA FLANCOS DESENVOLVIDOS COM MAIOR ESPESSURA, COM SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO.

AUTO TECH REPARACAO AUTOMOTIVA LTDA		8,00	UN	0,00	0,00	PERDEU
CASA DO ESCAPAMENTO E PNEUS EIRELI		8,00	UN	420,00	3.360,00	PERDEU
MAURIVAN VICENTE E CIA LTDA		8,00	UN	400,00	3.200,00	PERDEU
RAVI E-COMMERCE LTDA.		8,00	UN	300,00	2.400,00	VENCEU



RODAL PNEUS E SERVICOS LTDA	8,00	UN	369,00	2.952,00	PERDEU
			Preço Médio:	372,25	2.978,00
			Melhor preço:	300,00	2.400,00
			Preço Mediano:	384,50	3.076,00
			Média Saneada:	396,33	3.170,67
			Coefficiente de Variação:	14.11%	14.11%

Item: 3 - PNEU 225/75 R16 - PNEU AUTOMOTIVO, PRODUTO NOVO NÃO RECONDICIONADO E/OU REMANUFATURADO, BANDA DE RODAGEM CONFECCIONADA EM BORRACHA DE ALTA RESISTÊNCIA CONTENDO SULCOS COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 1,6 MM, SEM CÂMARA DE AR, DEVENDO POSSUIR SELO DE APROVAÇÃO DO INMETRO

AUTO TECH REPARACAO AUTOMOTIVA LTDA	12,00	UN	0,00	0,00	PERDEU
CASA DO ESCAPAMENTO E PNEUS EIRELI	12,00	UN	695,00	8.340,00	PERDEU
MAURIVAN VICENTE E CIA LTDA	12,00	UN	0,00	0,00	PERDEU
RAVI E-COMMERCE LTDA.	12,00	UN	395,11	4.741,32	VENCEU
RODAL PNEUS E SERVICOS LTDA	12,00	UN	759,00	9.108,00	PERDEU
			Preço Médio:	616,37	7.396,44
			Melhor preço:	395,11	4.741,32
			Preço Mediano:	695,00	8.340,00
			Média Saneada:	727,00	8.724,00
			Coefficiente de Variação:	31.52%	31.52%
			Preço Médio Total:	13.610,28	
			Melhor preço Total:	9.461,32	
			Preço Mediano Total:	14.560,00	
			Média Saneada Total:	14.748,67	
			Coefficiente de Variação Total:	74.05%	

1.3. JUSTIFICATIVA:



A presente contratação tem por objeto a aquisição de pneus automotivos destinados à manutenção da frota de veículos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, sendo medida indispensável à continuidade e eficiência dos serviços públicos prestados à população, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A Secretaria de Saúde realiza, de forma contínua, o transporte de pacientes para consultas, exames, tratamentos fora do domicílio (TFD), atendimentos de urgência e emergência, além do deslocamento de equipes de saúde para atendimento domiciliar e ações de campo. Tais atividades dependem diretamente das condições adequadas de uso dos veículos oficiais.

Os pneus constituem itens de desgaste natural e progressivo, sofrendo deterioração em razão do uso contínuo, das condições das vias públicas e da carga transportada, o que compromete sua vida útil e, conseqüentemente, a segurança dos usuários e condutores. A utilização de pneus em condições inadequadas pode ocasionar acidentes, interrupção de serviços essenciais e aumento de custos com manutenção corretiva.

Dessa forma, a aquisição periódica de pneus visa:

- a) Garantir a **segurança dos pacientes e servidores** durante o transporte;
- b) Assegurar a **continuidade dos serviços de saúde**, especialmente os de caráter urgente;
- c) Evitar a **paralisação da frota**, que impactaria diretamente o atendimento à população;
- d) Promover a **economicidade**, prevenindo danos maiores aos veículos decorrentes do uso de pneus desgastados.

Importante destacar que a contratação se enquadra como **aquisição de bens comuns**, tendo em vista que os pneus possuem especificações usuais de mercado, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, permitindo julgamento pelo critério de menor preço, conforme previsto na legislação vigente.

Por fim, a presente demanda encontra respaldo no princípio da eficiência administrativa e no dever do Poder Público de garantir a adequada prestação dos serviços de saúde, considerados essenciais à coletividade.

1.4. PERÍODO ESTIMADO

A estimativa para a vigência do contrato ou instrumento equivalente será de prazo imediato.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (Art. 6º, XXIII, “b” da Lei 14.133/21)



A execução do objeto desta contratação encontra amparo na norma legal, consoante ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, art. 75, inciso II, suas posteriores alterações e demais normas pertinentes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 6º, XXIII, “c” da Lei 14.133/21)

A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:

- Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos
- Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;
- Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Decreto Federal nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Decreto Municipal 278, de 19 dezembro de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021;
- Decreto Municipal 279, de 19 dezembro de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras;

3.1 Requisitos Gerais da Solução

Também são requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

- a) aderência aos termos do Aviso de Dispensa da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;
- b) compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;
- c) comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;
- d) aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;
- e) compromisso com o bem-estar, progresso profissional e pessoal de seus colaboradores;



- f) combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;
- g) adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade Requisitante de pendente da Contratada;
- h) garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao Aviso de Dispensa.

4. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS (ART. 40, §1º, II DA LEI 14.133/21)

A empresa contratada será responsável por disponibilizar e entregar os pneus solicitados pela Secretaria demandante, nos endereços indicados no Edital ou em locais previamente designados pela Administração. Sempre que houver solicitação, a contratada deverá enviar os pneus nos dias úteis, entre 8h e 17h, observando o cronograma definido em conjunto com o órgão requisitante, de modo a permitir o adequado planejamento das atividades.

O prazo máximo para entrega dos pneus será de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do pedido formal realizado pela Secretaria solicitante.

Caberá ainda à contratada assegurar que todo o processo de fornecimento, transporte, manuseio e entrega dos pneus seja realizado com zelo e segurança, prevenindo danos aos produtos durante as etapas de carregamento, transporte e descarregamento, garantindo assim que os veículos possam ser encaminhados ao local apropriado para a devida substituição dos pneus.

5. DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (ART. 40, §1º, II DA LEI 14.133/21)

5.1. Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos (art. 140, inciso II, alíneas “a” e “b”, Lei Federal 14.133/2021):

- 1.1.1. PROVISORIAMENTE**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- 1.1.2. DEFINITIVAMENTE**, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Obs¹: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional



pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, inciso II, § 2º, Lei Federal 14.133/2021)

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, “d” da Lei 14.133/21)

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1.1. Serão responsabilidades da Licitante Vencedora:

- A) Executar a entrega autorizada via Nota de Empenho pela Secretaria demandante;
- B) Fica obrigada a trocar, imediatamente, o material que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;
- C) Assumir, como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, necessários à boa e perfeita entrega dos produtos. **Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus funcionários**, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE ou à terceiros;
- D) Obriga-se, a substituir, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento de notificação efetuada pela Secretaria demandante, o objeto entregue e aceito comprovada a existência de incorreções e defeitos, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização. Findo este prazo serão aplicadas às penalidades cabíveis;
- E) A entrega também poderá ser efetuada em outro local designado pela PMRF, caso necessário, sendo a LICITANTE avisada com antecedência;
- F) Todos os produtos deverão estar em conformidade com a Nota de Empenho, que poderá estar acompanhada da Relação de Itens ou de outro documento emitido pela Secretaria demandante;
- G) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

6.2.1. Compete às Secretarias requerentes cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- A) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela LICITANTE com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da LICITANTE e de seus empregados, prepostos ou subordinados;



- B) Comunicar à LICITANTE, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- C) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da LICITANTE, através de comissão/servidor especialmente designado;
- D) Efetuar o pagamento à Licitante Vencedora em até 30 dias após a efetiva prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor competente, que deverá vir acompanhada da ordem de fornecimento emitida pela Secretaria solicitante;
- E) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela LICITANTE.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, “e” da Lei 14.133/21)

A entrega dos pneus deverá ser iniciada após o recebimento da Solicitação de Fornecimento, emitida pelo órgão demandante, durante o período de vigência da Contratação, conforme as necessidades da Administração. A execução do fornecimento será formalizada mediante a emissão da correspondente Nota de Empenho, observando-se os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

A aceitação dos produtos fornecidos estará condicionada à conferência, avaliação técnica e aceitação final por parte da Administração Municipal, cabendo à empresa contratada a obrigação de substituir, sem ônus adicional, quaisquer itens que apresentem falhas, vícios, defeitos ou inconformidades, em conformidade com o presente Termo de Referência, com a Lei nº 14.133/2021. Os produtos serão considerados recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos pneus no local indicado, pelo(a) servidor(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação do atendimento às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência e na proposta vencedora. Caso os produtos entregues não estejam em conformidade com o pactuado, poderão ser rejeitados total ou parcialmente, sendo a contratada notificada para proceder às substituições ou correções necessárias no prazo máximo de 10 (dez) dias, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

O recebimento definitivo dos produtos ocorrerá após a verificação da adequação do fornecimento, das especificações técnicas e da conformidade com as obrigações contratuais, mediante lavratura de Termo Circunstanciado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA (Art. 6º, XXIII, “f” da Lei 14.133/21)

- 8.1. A Secretaria solicitante indicará para atuarem como gestor e fiscal do contrato:



GESTOR DO CONTRATO			
Órgão	Nome	Cargo	Matrícula
Secretaria Municipal de Saúde	Renata Santana de Almeida	Secretária	

FISCAL DO CONTRATO			
Órgão	Nome	Cargo	Matrícula
Secretaria Municipal de Saúde	João Batista Gonçalves	Coordenador de manutenção de veículos	

- 8.2.** Os mesmos ficarão responsáveis por atestar no documento fiscal correspondente, caso os produtos estejam em desacordo com o solicitado, os mesmos deverão ser substituídos dentro do prazo de fiscalização sem ônus para o órgão solicitante.
- 8.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- representante da administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhados os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, "g" da Lei 14.133/21)

- 9.1.** Não haverá critérios de medição por se tratar de fornecimento de material que não demanda o mesmo.
- 9.2.** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços e a apresentação das Notas Fiscais, que deverão estar devidamente atestadas em seu verso.



10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, “h” da Lei 14.133/21)

O procedimento será realizado por meio da aquisição de pneus novos destinados ao atendimento das demandas operacionais das diversas Secretarias Municipais do Município de Rio das Flores. A contratação ocorrerá por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

11. VALOR ESTIMADO (Art. 6º, XXIII, “i” da Lei 14.133/21)

11.1. O valor que a Administração se propõe a pagar pela aquisição do objeto é de R\$ 9.461,32 (nove mil, quatrocentos e sessenta e um real e trinta e dois centavos).

11.2. A metodologia empregada para estimar o valores dos itens será o MENOR PREÇO dos valores fundamentada na **IN – Seges/ME 65/2021 c/c Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ), 2022, p. 32-33** uma vez que o **coeficiente de variação é superior a 25%**, e indica a presença de **valores extremos** afetando a média.

12. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

12.1. O reequilíbrio econômico financeiro será assegurado para manter a justa relação econômica entre contratado e contratante nos termos do art. 37, inc. XXI da Constituição Federal e art. 124 da Lei 14.133 in verbis:

“Lei 14.133/2021 -

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II – por acordo entre as partes:

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.”

O reequilíbrio poderá ser utilizado tanto para aumentar quanto para reduzir o valor do contrato a fim de serem mantidas a finalidade bem como as condições efetivas da proposta.

O reequilíbrio será utilizado em hipóteses excepcionais, não bastando a mera oscilação de preços normais do mercado. É necessária a equívoca anomalia nos preços do mercado, a qual seria impossível prever ou, se previsível, quantificar seus reais impactos.



O fornecedor deverá, ao elaborar sua proposta ser diligente ao prever riscos de crises econômicas, pandemias, riscos conhecidos do mercado que tornem inviável a ocorrência da licitação ou seus valores.

A formalização do pedido de reequilíbrio será dirigida formalmente à autoridade máxima do município com justificativa e motivação adequada e juntada nos autos do procedimento licitatório.

O fornecedor deve trazer justificativas suficientes para demonstrar o fator de desequilíbrio.

Para demonstrar o impacto, bem como garantir o direito ao reequilíbrio poderão ser utilizados:

- Notas fiscais atuais bem como aquelas da época da apresentação da proposta para demonstrar o aumento dos preços;
- Notícias na mídia, fazendo provas de fatos supervenientes;
- Pareceres de especialistas no setor impactado;
- Documentos que por força de ato normativo sirvam de motivação para as decisões da administração pública.
- Outros documentos ou fontes que permitam comparar a situação habitual com a excepcional.

13. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 6º, XXIII, “j” da Lei 14.133/21)

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das Secretarias abaixo através das seguintes dotações orçamentárias:

UNIDADE GESTORA DO RECURSO:

UNIDADES GESTORAS DOS RECURSOS (NOMES E CÓDIGOS):

- Fundo Municipal de Saúde

02.010.10.301.2087 – Frota de Veículo – Manutenção

3.3.90.30.00.00.00.0 – Material de Consumo (1.635.0000) R\$ 9.461,32

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A contratação do objeto deverá ser precedida de análise prévia, fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Federal nº 12.807/2025 e os Decretos Municipais nº 278/2023 e 279/2023.



- 14.2. A ausência de Estudo Técnico Preliminar se dá com base no Decreto Municipal nº 278/2023, art. 8º, inciso I.
- 14.3. Ratificam-se os orçamentos constantes deste Processo Administrativo, que compõem a média de preços a ser utilizada para contratação do presente objeto.
- 14.4. Justifico que os valores orçados são os praticados no mercado;
- 14.5. O prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da dispensa de licitação;
- 14.6. Informamos que a pesquisa de preços foi realizada por meio de contatos telefônicos com fornecedores. Por esse motivo, não há comprovação por e-mail, nem registro formal dos fornecedores contatados que não enviaram proposta. As informações obtidas foram devidamente anotadas e consideradas na formação da pesquisa;
- 14.7. Método de escolha do valor estimado em consonância com o art. 13, § 1º do Decreto Municipal nº 278/2023 foi pelo: **Menor preço** dos valores orçados, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados como referendado no **art. 13, caput do Decreto Municipal nº 278/2023**, sendo a opção que visa o princípio da vantajosidade já que os fornecedores que apresentaram valores acima e abaixo da mediana não são excluídos da competição do procedimento;
- 14.8. Autorizo a realização do procedimento licitatório.

Rio das Flores, 17 de abril de 2026.

Renata Santana de Almeida
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Processo Administrativo nº 2824/2026

Dispensa Eletrônica nº 002/2026

Rua Cel. Eurico de Castro, nº 14 – Centro, Rio das Flôres – RJ.

(Papel timbrado da empresa, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

A empresa _____, sediada na Rua _____, nº, Bairro _____, na cidade de _____ / _____, inscrita no Cadastro N

acional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº _____, por seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo _____ e do CPF nº _____, **DECLARA:**

I. Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, **NÃO EMPREGAMOS MENORES DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NEM MENORES DE DEZESSEIS ANOS, EM QUALQUER TRABALHO, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99;**

II. **Não POSSUÍMOS POSSUO MATRIMÔNIO OU PARENTESCO, A FIM OU CONSANGUÍNEO, ATÉ O SEGUNDO GRAU, OU POR ADOÇÃO, com o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais de Rio das Flôres, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles, em conformidade com o art. 104, Lei Orgânica do Município de Rio das Flôres, no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Declara, ademais, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade mista, com esse órgão celebrante;**

I- **Se ENQUADRA NA SITUAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14, sob as penas do artigo 299 do Código Penal bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.**



PREFEITURA
RIO das FLÔRES
Resgatando Tradições, Construindo o Futuro!

SAÚDE
SECRETARIA

PMRF/RJ-PROC.Nº 2824/2026

FLS.Nº

RUBRICA

Obs¹: Manter o item III, caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente,

Rio das Flores/RJ,de.....de 2026.

Assinatura do Representante Legal



ANEXO IV – MINUTA DO FUTURO CONTRATO

CONTRATO Nº 000/2026

PROCESSO N º 2824/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2026

TERMO DE CONTRATO DE QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DAS
FLÔRES E A EMPRE-
SA

A Prefeitura Municipal de Rio das Flores/RJ , com sede na Rua Cel. Eu-rico de Castro, 14 - Centro, na cidade de Rio das Flores/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 30.686.610/0001-51, neste ato representado(a) pelo Secretária Municipal de Saúde – Renata Santana de Almeida, nomeado pela Portaria nº 011 de 02 de Janeiro de 2026, publicada no *Boletim Oficial do Município* nº _____, de ____ de _____ de 2026, portador da Matrícula Funcional nº _____, doravante denominado CONTRA-TANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da DISPENSA ELETRÔNICA n. 437/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a escolha da proposta mais vantajosa para **Aquisição de pneus, destinados ao atendimento das demandas da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde, por meio de Dispensa Eletrônica, com prazo imediato.**

1.2. Nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.3. Objeto da contratação:

Fornecedor:

Item	Especificação	UN.	Marcæ	Quantidade	Preço Unitár	Preço Total
01					R\$	R\$

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Aviso de Contratação Direta;
- 1.4.3. A Proposta do contratado;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é **imediato contados da emissão da Solicitação de Fornecimento (S.F.), prorrogável de acordo com a legislação vigente.**

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.2. O somatório das prorrogações deste procedimento está condicionada ao limite do valor previsto na legislação vigente para realização do procedimento de Dispensa de Licitação.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Durante a vigência do CONTRATO, os valores serão **fixos e irrevoluíveis, exceto** nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na **alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021** ou de redução dos valores praticados no mercado.

7.2. No critério de reajuste poderá ser utilizado: índices de variação de preços como o Índice de Preços ao Consumidor (**IPC**), Índice Geral de Preços do Mercado (**IGP-M**) ou outro mecanismo de recomposição dos preços pactuados.

7.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na **alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021** se a Administração julgar conveniente poderá **optar por cancelar** o CONTRATO e iniciar outro processo licitatório;

7.4. Quando o valor constante no CONTRATO, por motivo superveniente, tornar-se superior ou inferior ao valor praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a **negociação para adequação ao praticado pelo mercado**. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e convocado(s) outro(s) fornecedor (es) na ordem de classificação instituída na fase de recebimentos das propostas no Certame;

7.5. O(s) fornecedor (es) fica(m) obrigado(s) a comunicar (em) a **variação de preços** quando este se posicionar abaixo do preço de mercado;

7.6. Quando o(s) **valor (es) de mercado tornar-se superior (es) ao(s) valor (es) da(s) proposta(s) vencedora(s) da licitação** e o(s) fornecedor (es), mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos por meio de comprovante(s) apresentado(s) e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, podendo convocar os demais fornecedor (es) na ordem de classificação;



7.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá à **REVOGAÇÃO** do item do CONTRATO e adotará as medidas para obter contratação mais vantajosa;

7.7.1. O(s) valor (es) revisado(s) será(ão) publicado(s) no Informativo Oficial do Município de Rio das Flores.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como



por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja



inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o



local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta) dias**;
 - i. *O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de **9% a 10%** do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de **7% a 8%** do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de **5% a 6%** do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de **3% a 4%** do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de **1% a 2%** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão de-



correntes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3.** Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012 e no Boletim Oficial do Município de Rio das Flores/RJ.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio das Flores/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio das Flores, de de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

CPF: _____